



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL,
AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL**

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIABAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021**

Assunto: Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 0102021

S.R. ROMANELLI FILHO – EQUIPAMENTO RODOVIARIOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.055.256/0001-00, tempestivamente apresentou impugnação ao Edital, Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 01/2021, quanto ao item 3.2. complemento do Item 3 relativo a usina de micropavimento asfáltico, PAINEL OPERACIONAL quanto a exigência de que “menu de navegação para acessar todas as funções do equipamento, através da escolha da imagem correspondente a função desejada ao simples toque na tela total **TOUCH SCREEN** assim descrito:

“PAINEL OPERACIONAL: COM JOYSTICK OU ALAVANCAS PARA ACIONAMENTO DO SISTEMA, MANÍPULOS HIDRÁULICOS PARA LEVANTE, MOVIMENTO TRANSVERSAL E ABERTURA E FECHAMENTO DA MESA ACABADORA, REGULAGEM DE ÂNGULO DO MISTURADOR, CONTROLE DE DIRECIONAMENTO DE MATERIAL DE VAZÃO DA ÁGUA E JOYSTICK PARA ACIONAMENTO DOS HELICOIDES COM REVERSÃO. TOTALMENTE A PROVA D'ÁGUA COM VEDAÇÃO PADRÃO MÍNIMO IP 67/69; O PAINEL DE CONTROLE OPERACIONAL DO PROCESSADOR ELETRÔNICO DEVERÁ APRESENTAR NO MÍNIMO AS SEGUINTE FUNÇÕES DO SISTEMA ELETRÔNICO: 1. MENU DE NAVEGAÇÃO PARA ACESSAR TODAS AS FUNÇÕES DO EQUIPAMENTO, ATRAVÉS DA ESCOLHA DA IMAGEM CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DESEJA AO SIMPLES TOQUE NA TELA TOTAL TOUCH SCREEN; 2. PROPORCIONAR O ACESSO ÀS TELAS DE MATERIAIS (agregado, emulsão, água, filler e outros) DIRETO NO MENU DE NAVEGAÇÃO, INCLUSIVE TELAS DE CONFIGURAÇÃO DO VIBRADOR, MONITORMENTO DO MOTOR DIESEL, OPERAÇÃO, E CONFIGURÇÃO DE FUNÇÕES COMO DATA, HORA IDIOMA E OUTRAS.”

Diante da impugnação apresentada, este pregoeiro fez encaminhamento da presente ao douto assessor jurídico que entre outros assim se manifestou:

“Sabe-se que a utilização de equipamento com a mais moderna tecnologia (ou dentre as mais recentes) gera mais segurança ao operador do maquinário durante sua instrumentalização, além do que, por ser um sistema que faz execução automatizada, proporciona que o serviço seja efetivado em quantidade a menor de tempo, portanto, sobrando mais prazo para ser realizado mais trabalhos em menos lapso temporal, inclusive, diminuindo drasticamente motivos



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

do prejudicial afastamento do trabalho por acidentes e/ou lesão por esforço repetitivo.

Não longínquo, dentro deste mesmo Estado, se pode atentar à vida eficiente do agronegócio (ser humano quem opera o maquinário seleciona por 'touch screen' os serviços a serem efetuados e a partir de então o conjunto de equipamentos faz tudo sozinho, inclusive dirigir, com toda eficiência robótica durante a execução totalmente automatizada pelo conjunto de equipamentos), cujas melhores tecnologias têm sido utilizadas há mais de uma década e vem se tornando cada vez mais obsoletas com o passar do tempo.

A propósito, basta observar a evolução dos aparelhos telefônicos, especialmente os de estação telefônica móvel celular, havendo modelos há anos utilizados que não precisam tocar na tela para ser feito o desbloqueio (é pelo reconhecimento facial do usuário cadastrado), também, o 'desktop' (computador de mesa) e 'laptop' ('notebook') são fabricados com a facilitação do toque na tela (já) há cerca de uma década e ainda, se tem os 'tablet's como exemplo real e muito praticável de uso de tecnologia visando uso eficiente, os quais existiram diretamente por 'touch screen' (nunca por teclado físico, sendo permitido a acoplagem do teclado físico sem fio).

Neste esteio, se tem as máquinas para pagamentos com cartões, totem para pagamento de estacionamento em 'shopping center' ou retirada de senhas em estabelecimentos comerciais, os restaurantes do tipo 'fast food' ou os com pratos não tão rápidos (nos quais os garçons registram os pratos solicitados em portátil máquina com toque na tela), dentre muitos outros exemplos verídicos de sucesso quanto à eficiência da tecnologia moderna.

A obrigatória Eficiência na Administração Pública é um Princípio de 'status' Constitucional, 'in literis' no Artigo 37, 'Caput' da suprema Constituição Federal (há 23a):

*"A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) "*, ampliou-se.

Assim, sob o prisma da EFICIÊNCIA, a administração objetiva obter equipamento com moderna tecnologia (ou dentre as mais recentes). Sabe-se que o objeto, usina de micropavimento asfáltico é um equipamento que por vezes é customizado para atender aos parâmetros requisitados.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

De outra forma o sistema eletrônico requerido tipo IHM (Interface Homem Máquina) com tela operacional "Touch Screen" não é tecnologia exclusiva ou patenteado por fabricante de usina de micropavimento asfáltico, de forma que pode vir a ser aplicado ao conjunto de equipamentos a ser fornecido por quaisquer dos fabricantes do objeto.

DA DECISÃO:

Assim, por todo o exposto e considerando a parecer opinativo do douto assessor jurídico (em anexo) NÃO DOU PROVIMENTO ao recurso apresentado, devendo ser mantido a continuidade do Processo Licitatório nº 04/2021, Pregão Eletrônico nº 01/2021.

Esta é a DECISÃO.

São José dos Quatro Marcos-MT, 29 de março de 2021.



Danilo Ricardo Pivetta
Pregoeiro - Portaria 17/2021

QUEIROZ TELES

ADVOCACIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA ASSOCIADA

PARECER JURÍDICO Nº 008/2021/CINP

Temática: Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 01/2021 (Processo Licitatório Nº 004/2021), sobre ser exigido equipamento de moderna eficiência no conjunto de maquinário móvel, o sendo um caminhão tipo “pipa” com capacidade de armazenamento de 15.000L e uma usina de micropavimento asfáltico instalada no referido automóvel de grande porte.

QUEIROZ TELES

ADVOCACIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA ASSOCIADA

RELATÓRIO

‘*Ab initio*’, este parecerista gostaria de externar congratulações aos ilustríssimos colaboradores diretos e indiretos do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal pelo ótimos trabalhos desenvolvidos, os quais refletem critério qualitativo em nível de excelência.

Prestados os singelos tributos, se adentra ao tema do presente opinativo, qual seja, irresignação ao instrumento convocatório do certame licitatório pela modalidade Pregão Eletrônico Nº 01/2021 (Processo Licitatório Nº 005/2021), o qual prevê sistema Interface Homem Máquina com acionamento ‘*touch screen*’ em conjunto de maquinário móvel, o sendo um caminhão tipo “pipa” com capacidade de

armazenamento de 15.000L e uma usina de micropavimento asfáltico instalada no referido automóvel de grande porte (no mesmo caminhão), podendo ser utilizado por qualquer município interessado dos 14 (quatorze) que integram o presente Consórcio Intermunicipal, conforme especificidades constantes no respectivo termo de referência e na respectiva minuta do edital.

Em epítomo: insatisfação de impugnante quanto à exigência do edital para aquisição de usina de micropavimento asfáltico, de fabricação nacional, que proporcione aplicação de micropavimento com polímeros e a distribuição da mistura (agregados, emulsão, cal, cimento) controlados por sistema de controle de vazão de fluxo através de processador eletrônico tipo IHM (com acionamento por toque na tela), onde o processador faz a leitura da taxa de aplicação com correção de vazões automáticas, para proporcionar, com segurança, condições de abertura da mesa em processo de trabalho contínuo, cujo equipamento deve ser implementado em caminhão chassi com tração 8x4 e atender a no mínimo as características técnicas e operacionais detalhadas como complemento no item 3.2.

Eis o necessário relato.

FUNDAMENTAÇÃO

Respeitosamente, a impugnação (Artigos 38, Inciso VIII e 41, § 1º da LL) da ilustríssima apresentante (indistintivamente de quem seja) não encontra procedência constitucional, legal, jurisprudencial nem doutrinária, ao contrário da manutenção de tal item no instrumento convocatório.

A utilização de equipamento com a mais moderna tecnologia (ou dentre as mais recentes) gera mais segurança ao operador do maquinário durante sua instrumentalização, além do que, por ser um sistema que faz execução automatizada, proporciona que o serviço seja efetivado em quantidade a menor de tempo, portanto, sobrando mais prazo para ser realizado mais trabalhos em menos lapso temporal, inclusive, diminuindo drasticamente motivos do prejudicial afastamento do trabalho por acidentes e/ou lesão por esforço repetitivo.

Não longínquo, dentro deste mesmo Estado, se pode atentar à vida eficiente do agronegócio (ser humano quem opera o maquinário seleciona por *'touch screen'* os serviços a serem efetuados e a partir de então o conjunto de equipamentos faz tudo sozinho, inclusive dirigir, com toda eficiência robótica durante a execução totalmente automatizada pelo conjunto de equipamentos), cujas melhores tecnologias têm sido utilizadas há mais de uma década e vem se tornando cada vez mais obsoletas com o passar do tempo.

A propósito, basta observar a evolução dos aparelhos telefônicos, especialmente os de estação telefônica móvel celular, havendo modelos há anos utilizados que não precisam tocar na tela para ser feito o desbloqueio (é pelo reconhecimento facial do usuário cadastrado), também, o *'desktop'* (computador de mesa) e *'laptop'* (*'notebook'*) são fabricados com a facilitação do toque na tela (já) há cerca de uma década e ainda, se tem os *'tablet's'* como exemplo real e muito praticável de uso de tecnologia visando uso eficiente, os quais existiram diretamente por *'touch screen'* (nunca por teclado físico, sendo permitido a acoplagem do teclado físico sem fio).

Neste esteio, se tem as máquinas para pagamentos com cartões, totem para pagamento de estacionamento em *'shopping center'* ou retirada de senhas em estabelecimentos comerciais, os restaurantes do tipo *'fast food'* ou os com pratos não tão rápidos (nos quais os garçons registram os pratos solicitados em portátil máquina com toque na tela), dentre muitos outros exemplos verídicos de sucesso quanto à eficiência da tecnologia moderna.

A obrigatória Eficiência na Administração Pública é um Princípio de *'status'* Constitucional, *'in literis'* no Artigo 37, *'Caput'* da suprema Constituição Federal (há 23a):

*" A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) "*, ampliou-se.

'In casu', a modalidade deste certame licitatório é o Pregão Eletrônico, cuja previsão legal não está disposta no Estatuto das Licitações e sim, especificamente na Lei Ordinária Federal Nº

10.520/2002, tendo como diferença principal dos demais tipos de licitação a inversão entre as fases interna e externa, ou seja, ao invés de primeiramente analisar a documentação de habilitação dos licitantes para depois avançar à análise das propostas como em quase todas modalidades licitatórias, no Pregão Presencial se avança diretamente às propostas para depois analisar a comprovação habilitatória.

De maneira objetiva, se expõe o Artigo 9º desta lei (cujos outros peculiares não são menos importantes):

“Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”, destacou-se.

Por sua vez, eminentemente a Lei Ordinária Federal Nº 8.666/1993 (Estatuto das Licitações) prevê os Princípios Legais do processo de licitação, ‘ex vi’ seu Artigo 3º, ‘Caput’ (há 11a):

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”, epigrafou-se.

Como justificativa do objeto licitado, se tem as seguintes observações constantes na Proposta Plataforma + Brasil Nº 04706/2020

“ CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:
O Consórcio com 14 municípios tem desenvolvido ações em prol do desenvolvimento regional. A aquisição de um caminhão pipa e Usina de micropavimento, móvel, possibilitará ampliar os serviços de pavimentação e/ou recuperação de vias com qualidade e menor custo. Assim, esta ação irá contribuir com a redução das desigualdades socioeconômicas, ampliando a estrutura produtiva urbana dos municípios, com consequente melhoria na qualidade de vida e autoestima da população regional.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:
Os municípios parte do Consórcio sofrem com a falta de infraestrutura asfáltica. E, as poucas vias pavimentadas, na sua maioria, encontram-se em péssimas condições de trafegabilidade, causando sérios prejuízos à atividade produtiva na região, necessitando de

recuperação e revitalização. Já o PIPA, além de necessário no trabalho de pavimentação e manutenção das vias, auxiliará nas situações emergenciais de incêndios e desabastecimento que impactam na economia dos municípios trazendo prejuízos.

RELACÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:

O objeto do proposta, aquisição de uma Usina de micropavimento asfáltico e caminhão pipa, de uso compartilhado entre os consorciados, estará apoiando e melhorando a prestação dos serviços públicos e com isto estimulando o desenvolvimento do município das cidades e região do Consórcio. E com isto, contribuindo com a redução das desigualdades socioeconômicas, ampliando a estrutura produtiva urbana dos municípios consorciados, consoante com os objetivos e diretrizes do Programa. População dos Municípios de Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indaiavá, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos, todos no Estado de Mato Grosso com população total de 210.518 habitantes. (estimativa IBGE 2019)

PÚBLICO

ALVO:

A aquisição dos equipamentos trarão impactos positivos como: A ampliação da infraestrutura asfáltica e a recuperação e revitalização das vias pavimentadas, proporcionando melhoria nas condições de transporte da produção e consequente melhora nas atividades produtivas, impulsionando a atividade econômica nos municípios; e, ainda, a redução dos custos com pavimentação e recuperação asfáltica; e a melhoria da qualidade nos serviços de pavimentação e recuperação asfáltica. ”

Se faz *'conditio sine qua non'* destacar, que a importância mais poderosa dentre as fases de um processo licitatório é o Edital e não à toa, se diz que ele “faz lei entre partes”, razão pela qual ao mesmo é atribuído o nome de Instrumento Convocatório, por instrumentalizar a convocação dos partícipes e impor obrigações enquanto deveres e direitos.

Dessa feita, o Artigo 37, Inciso XXI da suprema Constituição Federal prevê neste sentido, senão veja-se:

“ XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta**, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. ”, grifou-se.

No espectro infraconstitucional, se evidencia a redação do Artigo 41 da Lei Ordinária Federal Nº 8.666/1993 (de Licitações):

“ A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e **responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis**, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. ”, rubricou-se.

Imperioso consignar, que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, o qual impõe objetivamente à administração pública e ao licitante a observância das normas estabelecidas no edital (de forma objetiva), razão pela qual, o edital é o derradeiro instrumento normativo da licitação, pois regramenta as condições específicas do certame, afunilando a Constituição Federal e as normas infraconstitucionais (legislação).

Doutrinariamente, o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União ilustra que:

“ o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que **“a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.**

(Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416), ampliou-se.

Jurisprudencialmente, esta orientação é corroborada tanto pelo TCU quanto pelos Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ), respectivamente esposados:

“ É certo que se o edital de uma licitação fixa determinado requisito, deve-se considerar importante tal exigência

Entende-se por procedimento formal a vinculação do certame licitatório principalmente às leis e aos editais que disciplinam todos suas fases e atos, criando para os participantes e para a Administração a obrigatoriedade de observá-los. ”

(TCU, Tomada de Contas 010.594/2012-4, Natureza Agravo (em Representação), Entidade Agência Nacional de (04.898.488/0001-77), Interessado Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União), destacou-se.

“ EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apócrifa, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. ”

(STF, RMS 23640/STF), epigrafou-se.

“ ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. ”

(STJ, RESP 1178657 e no mesmo sentido RESP 595079, ROMS 17658), grifou-se.

Por esse arrazoado, se identifica a claros olhos as repetidas publicações do impugnado edital, cuja lisura deste Consórcio foi de justamente ampliar conhecimento para quem quiser/puder ora competir, em razão dos Princípios Constitucionais da Livre Concorrência e da Livre Iniciativa, os quais podem ser utilizados por todos e quaisquer profissionais (quem assumem os riscos da atividade econômica).

No prisma da constitucionalidade, os Artigos 1º, Incisos IV e XIII, 70, 'Caput', 170, Incisos II, IV e IX e Parágrafo Único e 173, Inciso III e § 4º da suprema Constituição Federal, senão veja-se:

*"Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)"*

*"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;"*

"Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder."

"Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

II - propriedade privada;

IV - livre concorrência;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)"

"Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os

princípios da administração pública;
§ 4º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.”

‘Et cetera’, o atacado painel IHM (Interface Homem Máquina) pode muito bem ser acomplado ao conjunto de maquinários por todos e quaisquer partícipes deste procedimento licitatório, existindo muitos¹ fabricantes e revendedores do mesmo.

Por todo o exposto, se percebe por clareza solar que nem sob remota hipótese meramente imaginária no caso em comento se está diante de “cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”, tão pouco “tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais” (Artigo 3º, § 1º da LOF Nº 8.666/1993).

CONCLUSÃO

‘Ex positis’, nos moldes do Artigo 38, Parágrafo Único da LL, este parecerista manifesta respeitosamente opinativo **contrário** à impugnação do Edital deste Pregão Eletrônico (Nº

¹ <https://www.hitecnologia.com.br/produtos/equipamentos/interfaces-homem-maquina-ihm/ihm-touch-screen-linha-mr/> ;
<https://www.br-automation.com/pt-br/empresa/sala-de-imprensa/controlador-e-multi-touch-ihm-em-um-dispositivo-29-04-2019/> ;
http://www.flateck.com.br/servicos/detalhe/ihm-interface-homem-maquina/?keyword=ihm%20touch&gclid=CjwKCAjw6fCCBhBNEiwAem5SO7SQXJIMUAUvGXXvPjr_hL3LKF4f42OU0EQWpEzR5NrxDDNM3m5BoC5hAAQAvD_BwE ;
https://delmaautomacao.com.br/produtos-delta/?gclid=CjwKCAjw6fCCBhBNEiwAem5SO_Y2Vba640L3_HDPdDuoI_DuJkfqel-KQwgRRcdgZaAc-GPwH6z22xoCwVMQAvD_BwE ;
<https://bp.delta-americas.com/IndustrialAutomation/Touch-HMI> ;

01/2021), devendo ser mantido a continuidade do mesmo, submetendo este parecer à elevada apreciação da Excelentíssima Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, Senhora Gheysa Maria Bonfim Borgato.

Este é o parecer jurídico, salvo melhor juízo.

São José dos Quatro Marcos-MT-BRA, 25 de
março de 2.021

10



QUEIROZ TELES Sociedade Individual de Advocacia
OAB-MT 2360

SILVIO QUEIROZ TELES
OAB-MT 10440